

POLÍTICA

Se prevalecer a decisão de Ulysses, o projeto da futura Carta corre o risco de ser redigido por apenas três ou quatro líderes. A conclusão é de vários parlamentares que classificam como absurda a possibilidade de substituir nas comissões temáticas quem não acompanha o voto de liderança.

Um castigo para desobedientes

As lideranças partidárias poderão substituir seus representantes nas comissões temáticas e na Comissão de Sistematização. Essa foi a decisão anunciada pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao responder ontem, em plenário, uma questão de ordem formulada pelo deputado José Maria Eymael (PDC-SP). Contra essa decisão, protestaram, na hora, os deputados Cardoso Alves (PMDB-SP) e Gastone Righi (PTB-SP). Consideraram-na "absurda". A decisão permite aos líderes tirar das comissões todos os constituintes que, nas subcomissões, não tenham votado segundo o seu gosto.

"A prevalecer isso — advertiu Gastone Righi — três ou quatro líderes, sozinhos, vão poder fazer o projeto da futura Constituição. Além disso, a decisão desestrutura a Constituinte. Um deputado que estudou a matéria, e está pronto para dar o seu voto, de repente é pinçado da comissão, perde o seu direito de voto, para dar lugar a outro que já votou em outra subcomissão e que vai, portanto, votar duas vezes."

"Ulysses Guimarães fundamentou sua decisão com base na prática seguida nas comissões da Câmara. As lideranças só não podem substituir seus representantes no curso de uma reunião, para evitar a repetição do caso Márcio Moreira Alves (quando a liderança governista chegou a substituir alguns de seus representantes no momento em que falavam).



"Se essa decisão prevalecer e se forem fazer substituições — advertiu o líder do PTB — vai haver muita confusão e muito barulho, porque os próprios substituídos, se o forem contra a vontade, vão reagir."

Ulysses, em resposta à questão de ordem formulada pela deputada Irma Passoni (PT-SP), disse que as comissões também já foram instruídas para não aceitar propostas substitutivas ao trabalho do relator — como ocorreu na Subcomissão da Reforma Agrária. Mas ficou de examinar a possibilidade levantada por Cardoso Alves (PMDB-SP) de se permitir emendas substitui-

vas a partes homogêneas da proposta do relator.

Apuração

O líder do PDS, deputado Amarel Neto, entrou com requerimento ontem à Mesa da Constituinte, para que sejam apuradas declarações atribuídas à deputada Anna Maria Rattes (PMDB-RJ), segundo as quais o povo precisaria ficar "de olho" na Constituinte para evitar que a maioria seja "comprada" e vote contra as "nossas propostas". A deputada já declarara anteriormente que "grupos interessados financeiramente (...) estão dando carros, televisões, apartamentos, comprando todo mundo para votar contra as propostas do povo".

Mas Amarel Neto acertou ao dizer que certamente a deputada não confirmaria essas declarações. Anna Maria Rattes de fato declarou, depois, à imprensa, não ter feito as declarações nem confirmou os fatos. Disse ter "ouvido falar" em coisas semelhantes.

Críticas

O deputado Adylson Motta (PDS-RS), um dos vice-líderes do seu partido, ficou "indignado" com as palavras do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), segundo as quais no plenário da Constituinte deveriam ser tratados temas constitucionais e não serem feitas críticas ao governo. "Não aceitamos lições — disse — de quem é o chefe do departamento fisiológico do Palácio do Planalto. Esse governo é muito ruim e mentiroso e nós vamos continuar, aqui, a criticá-lo."

O DIREITO AO BEIJO

Agitação na Comissão de Garantias. O tema era homossexualismo.

O senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, invocou a Bíblia para pedir aos deputados pastores evangélicos mais amor em relação aos homossexuais e o seu reconhecimento como pessoas. A atitude de Bisol foi uma resposta à veemente oposição do grupo evangélico quanto ao dispositivo inserido em seu anteprojeto que trata da orientação sexual.

A discussão teve início quando o deputado Costa Ferreira (PFL-MA) disse ser uma aberração constitucional a pretensão dos homossexuais de direitos para se beijar em público e simular casamento até em cartórios. "Isso é uma falta de respeito e de pudor", reclamou o parlamentar, que considerou uma audácia do grupo homossexual Triângulo Rosa trazer à Constituinte uma sugestão "tão espúria".

Segundo Costa Ferreira, não há discriminação contra os homossexuais no Brasil: "Muitos deles estão em plena atividade sem ser incomodados". E lembrou o exemplo do costureiro Clodovil que dirige diariamente um programa na TV Manchete.

O deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO), também evangélico, apóia a tese de Costa Ferreira. E vai



além. Ele diz que a Aids é uma maldição resultante do desvio do sexo.

Já o deputado José Genoíno (PT-SP), defende a liberdade religiosa e se declarou um socialista militante. Mas ressaltou: "Não queremos homens libertos pela metade", referindo-se aos homossexuais e acentuando que a Constituição deve garantir a liberdade para todos.

Mas o debate mais efervescente foi travado entre dois evangélicos. Os deputados Lysâneas Maciel e João de Deus Fagundes, os dois do PDT do Rio. Lysâneas falava em defesa do anteprojeto de Bisol, dizendo que em nenhum momento o senador defendera a legalização do aborto ou do homossexualismo, mas foi interrompido por João de Deus, que o acusou de ser falso evangélico. Irritado e aos gritos, Lysâneas não concedeu o aparte ao companheiro de partido e, em vez de deputado, o chamou de "delegado". João de Deus, lembrando sua condição anterior de delegado de polícia.

Ao tomar a palavra, João de Deus pediu respeito à sua condição de constituinte e condenou "a minoria depravada" de homossexuais. "Estamos defendendo a família e este é o nosso papel", disse o parlamentar.

Ao reagir à oposição dos evangélicos, Bisol foi categórico: "Eu estou entre os que não excluem os homossexuais da humanidade". E explicou que o que ele quer é tratamento igual para todos. "Se um homossexual pratica relação numa repartição pública, ele deve sofrer as mesmas punições que sofreria um heterossexual na prática do mesmo ato. Os dois transgrediram a lei", encerrou o senador.